



Comunicado de Imprensa n.º 14/410 (P)  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
3 de setembro de 2014

Fundo Monetário Internacional  
Washington, DC 20431 EUA

## **Conselho de Administração do FMI conclui a consulta de 2014 com Angola ao abrigo do Artigo IV**

Em 29 de agosto de 2014, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a consulta com Angola ao abrigo do Artigo IV.<sup>1</sup>

Após um vigoroso crescimento em 2013, estimado em 6,8%, o crescimento económico projetado para 2014 é de 3,9%, a despeito do declínio na produção de petróleo. O crescimento robusto da economia não petrolífera, impulsionado, sobretudo, pelo ótimo desempenho do setor agrícola, deverá compensar uma queda temporária porém expressiva na produção de petróleo.<sup>2</sup> Espera-se que os investimentos em curso na agricultura resultem num aumento da produção agrícola de cerca de 11,5% em 2014. Outros setores como indústria, eletricidade e serviços devem também contribuir para um bom resultado. Projeta-se que a inflação ascenda a 7,5% no final do 2014, confortavelmente dentro da meta do BNA. O saldo orçamental global, que vinha registando excedentes nos últimos quatro anos, deverá sofrer uma deterioração significativa em 2014, com um défice de cerca de 4% do PIB. A receita do petróleo caiu 14% entre janeiro e maio de 2014, sobretudo devido a obras não programadas de manutenção e reparos nalguns campos petrolíferos. O nível de reservas internacionais no BNA continua apropriado, equivalente a 7¾ meses de importações.

Não obstante o forte crescimento económico verificado na última década, a pobreza e a desigualdade de rendimento ainda representam um desafio. O inquérito aos agregados familiares de 2009, divulgado em 2011, mostra que a distribuição de rendimentos em Angola é uma das mais desiguais da África Subsaariana, com um terço do total de rendimentos a se concentrar nas mãos dos 10% mais ricos, o que corresponde a um índice de pobreza de 37% em termos relativos (60% nas zonas rurais).

---

<sup>1</sup> Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os seus países membros, normalmente com uma periodicidade anual. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. De regresso à sede do FMI, os especialistas elaboram um relatório que constitui a base para as discussões do Conselho de Administração.

<sup>2</sup> Os cálculos se baseiam na série do PIB fornecida pelo Ministério do Planeamento e, por isso, não refletem ainda a série revista conforme calculada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Estão a ser feitos bons progressos nas reformas estruturais. A tão esperada reforma dos impostos não petrolíferos foi aprovada pela Assembleia Nacional em 4 de julho de 2014, e constitui uma etapa fundamental para a redução da forte dependência do orçamento em relação à receita do petróleo. As reformas da gestão das finanças públicas (GFP) também avançaram, com a introdução de duas medidas essenciais para conter a proliferação de atrasados de pagamentos internos: i) a lei-quadro do orçamento inclui agora uma definição clara de atrasados que é compatível com as boas práticas internacionais, e ii) um novo procedimento de controlo exige a confirmação, pelo Ministério das Finanças, de todos os contratos de valor superior a USD 1,5 milhões. O Ministério da Economia continuou a pôr em prática uma série de medidas visando melhorar o ambiente de negócios, com destaque para o programa Angola Investe.

As perspetivas de crescimento económico a médio prazo continuam favoráveis. Espera-se que o setor petrolífero se recupere e cresça 2,25%, em média, nos próximos cinco anos, com o declínio da produção nalguns campos a ser mais do que compensado pela entrada em operação de sete novos campos, o que inclui a primeira fase de um campo de petróleo no pré-sal que deve iniciar as operações em 2017. Espera-se que os investimentos de grande envergadura no setor não petrolífero gerem a tão necessária diversificação e empregos, sobretudo no setor agrícola, mas também nos setores de eletricidade, indústria e serviços. Espera-se também que o forte crescimento projetado do setor não petrolífero, de cerca de 7,75% em média nos próximos cinco anos, aumente a concorrência interna, o que contribuiria para baixar ainda mais a inflação. A mais longo prazo, porém, as perspetivas de crescimento são incertas, mas devem se consolidar ao longo de 2015, à medida que a prospeção do pré-sal contribua para definir a quantidade de reservas petrolíferas comercialmente viáveis.

### **Avaliação do Conselho de Administração<sup>3</sup>**

Os Administradores concordaram com o teor geral da avaliação do corpo técnico e felicitaram as autoridades pelos progressos na senda da estabilidade macroeconómica, com a inflação a baixar para um mínimo histórico e as reservas internacionais a alcançar níveis adequados. Viram com satisfação as melhorias nas perspetivas económicas, mas registaram que os riscos exigiam esforços adicionais de fortalecimento das políticas. A longo prazo, reduzir a dependência do petróleo é fundamental para conter as vulnerabilidades externas e alcançar um crescimento sustentável e inclusivo.

Os Administradores concordaram com a necessidade de se preservar o espaço para a

---

<sup>3</sup> Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos:  
<http://www.imf.org/external/np/sec/misc/qualifiers.htm>.

reconstrução das infraestruturas e a redução da pobreza e da desigualdade, porém poupando parte da riqueza do petróleo para as gerações futuras. Tal requer o tratamento dos défices orçamentais emergentes e o retorno aos excedentes orçamentais a médio prazo, nomeadamente mediante o reforço da administração das receitas não petrolíferas, modernização da política salarial do setor público e eliminação progressiva dos onerosos e regressivos subsídios aos combustíveis, em simultâneo ao alargamento de redes de proteção social bem direcionadas. Tomando nota da anistia fiscal parcial concedida recentemente, os Administradores incentivaram as autoridades a exercerem um controlo rigoroso do cumprimento das obrigações fiscais no futuro para evitar qualquer impacto negativo sobre a arrecadação tributária.

Os Administradores salientaram a necessidade de um quadro coeso de gestão de ativos e passivos, incluindo um fundo de estabilização fiscal que poderia melhorar a gestão da riqueza em recursos naturais de Angola e proteger os orçamentos anuais da volatilidade das receitas do petróleo. Tomaram nota da eficiência muito baixa do investimento público e consideraram meritória a ideia de desenvolver um sistema de gestão do investimento público que contribua para o atendimento das necessidades de Angola em matéria de infraestruturas a um custo mais reduzido. Consideraram positivas as medidas recentes visando o reforço da gestão das finanças públicas e o fim dos atrasados de pagamentos internos, e esperam que as mesmas sejam implementadas com firmeza.

Os Administradores apoiaram os esforços das autoridades em desdolarizar a economia e consolidar a estabilidade financeira, salientando que a aplicação eficaz e imparcial das normas prudenciais é necessária para fomentar a confiança no sistema bancário. Nesse sentido, consideraram positivas as medidas extraordinárias tomadas para fazer face aos problemas no Banco Espírito Santo Angola (BESA) e a nova legislação que clarifica os procedimentos para a concessão de garantias governamentais, e incentivaram a tomada de medidas para corrigir as deficiências que ainda restam no quadro de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Segundo os Administradores, as atuais condições de estabilidade relativa e inflação baixa são propícias à introdução de um elemento de flexibilidade cambial, o que ajudaria a reduzir a dolarização e desenvolver instrumentos mais eficazes de política monetária. Observaram que o atual nível de reservas é adequado e deveria ser mantido para ajudar a amortecer choques externos.

Os Administradores ressaltaram que a via mais apropriada para a redução sustentada da pobreza passa pelo desenvolvimento das pequenas e médias empresas no setor privado não petrolífero. Consideraram encorajadores os esforços das autoridades para diversificar a economia, melhorar o ambiente de negócios e aumentar a competitividade. Preocuparam-se, porém, com o crescente recurso a medidas protecionistas, e recomendaram um exame periódico da pauta de direitos de importação com vista à redução das tarifas dentro de um

prazo específico.

Os Administradores acolheram com satisfação os progressos na compilação e divulgação de estatísticas económicas e incentivaram as autoridades a suprir as lacunas ainda existentes na produção de contas públicas pormenorizadas e atempadas e na cobertura da balança de pagamentos.

Espera-se que as próximas consultas a Angola ao abrigo do Artigo IV sejam realizadas no ciclo normal de doze meses.

Tabela 1. Angola: Principais Indicadores Económicos, 2009-2015<sup>1</sup>

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
					Prel.	Proj.	
<b>Economia real</b> (variação percentual, salvo indicação em contrário)							
Produto interno bruto real	2,4	3,4	3,9	5,2	6,8	3,9	5,9
Setor petrolífero	-5,1	-3,0	-5,4	4,5	-1,1	-3,5	2,6
Setor não petrolífero	8,1	7,6	9,5	5,5	10,8	7,3	7,3
Produto interno bruto nominal	-5,2	26,6	29,0	12,6	8,8	7,8	9,7
Setor petrolífero	-25,4	27,6	36,7	8,4	-3,3	-1,1	2,6
Setor não petrolífero	21,1	25,7	22,8	16,4	19,0	13,9	13,9
Deflator do PIB	-7,4	22,4	24,2	7,1	1,9	3,7	3,5
Deflator do PIB não petrolífero	12,1	16,8	12,2	10,3	7,4	6,1	6,2
Preços no consumidor (média anual)	13,7	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	7,3
Preços no consumidor (fim de período)	14,0	15,3	11,4	9,0	7,7	7,4	7,2
Produto interno bruto (mil milhões de kwanzas)	5.989	7.580	9.780	11.011	11.984	12.917	14.167
Produto interno bruto petrolífero (mil milhões de kwanzas)	2.662	3.396	4.641	5.030	4.864	4.808	4.933
Produto interno bruto não petrolífero (mil milhões de kwanzas)	3.327	4.184	5.139	5.982	7.120	8.109	9.234
Produto interno bruto (mil milhões de USD)	75,5	82,5	104,1	115,3	124,2	131,4	141,8
Produto interno bruto per capita (USD)	4.081	4.329	5.305	5.706	5.964	6.128	6.418
<b>Governo central</b> (percentagem do PIB)							
Total da receita	34,5	43,5	48,8	45,9	41,0	37,5	37,0
D/q: Petrolífera	24,2	33,0	39,0	37,3	30,0	27,2	26,5
D/q: Não petrolífera	9,0	7,8	7,3	6,6	8,1	8,2	8,6
Total da despesa	41,9	40,0	40,2	41,3	40,7	41,6	41,2
Despesas correntes	29,5	28,6	30,0	29,0	28,7	29,6	29,3
Despesas de capital	12,4	11,4	10,2	12,3	12,0	12,0	11,9
Saldo orçamental global	-7,4	3,4	8,7	4,6	0,3	-4,1	-4,2
Saldo orçamental primário não petrolífero	-29,8	-26,2	-26,9	-29,2	-27,5	-28,9	-27,9
Saldo orçamental primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-53,7	-47,4	-51,1	-53,7	-46,2	-46,0	-42,8
<b>Moeda e crédito</b> (fim de período, variação percentual)							
Massa monetária (M2)	62,6	14,0	33,5	8,4	15,3	21,4	19,8
Percentagem do PIB	38,5	34,6	35,9	34,5	36,5	41,1	44,9
Velocidade (PIB/M2)	2,6	2,9	2,8	2,9	2,7	2,4	2,2
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,4	1,6	1,5	1,6	1,6	1,5	1,5
Crédito ao setor privado (variação percentual em 12 meses)	59,5	25,0	30,4	24,2	10,9	15,2	17,7
<b>Balança de pagamentos</b>							
Balança comercial (percentagem do PIB)	24,2	40,1	45,2	40,7	33,6	29,6	26,0
Exportações de bens, FOB (percentagem do PIB)	54,2	60,4	64,6	61,3	54,8	50,4	47,2
D/q: Exportações de petróleo e gás (percentagem do PIB)	52,8	58,8	62,3	60,1	53,7	49,4	46,1
Importações de bens, FOB (percentagem do PIB)	30,0	20,2	19,4	20,6	21,2	20,8	21,2
Termos de troca (variação percentual)	-28,8	16,7	23,3	7,9	-2,1	1,3	-0,5
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	-9,9	8,1	12,6	11,7	5,5	4,1	2,0
Reservas internacionais brutas (fim de período, milhões de USD)	13.238	19.339	28.396	33.035	33.179	33.898	35.113
Reservas internacionais brutas (meses de import. do ano seguinte)	4,5	5,3	7,4	7,8	7,7	7,5	7,4
Reservas internacionais líquidas (fim de período, milhões de USD)	12.514	16.848	26.083	30.632	30.987	32.464	34.064
<b>Taxa de câmbio</b>							
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	79,3	91,9	93,9	95,5	96,5	...	...
Taxa de câmbio oficial (fim de período, kwanzas por USD)	89,4	92,6	95,3	95,8	97,5	...	...
<b>Dívida</b> (percentagem do PIB)							
Total da dívida (bruta) do setor público	49,9	39,8	32,2	29,6	34,6	36,6	38,8
<b>Petróleo</b>							
Produção de petróleo (milhões de barril por dia)	1,809	1,758	1,660	1,735	1,716	1,656	1,700
Exportações de petróleo e gás (mil milhões de USD)	39,9	48,5	64,8	69,3	66,7	64,9	65,4
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	60,8	76,5	110,3	110,9	107,3	107,9	106,1
Preço do petróleo Brent (média, USD por barril)	61,9	79,6	111,0	112,0	109,1	108,2	106,1
Preço do petróleo segundo o WEO (média, USD por barril)	61,8	79,0	104,0	105,0	104,1	106,1	102,8

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup>Incorpora o impacto da nova lei cambial a partir de 2013.